

JOVENS E ADULTOS EM ACOMPANHAMENTO PSIQUIÁTRICO: RESIGNIFICANDO A VIDA ATRAVÉS DA LEITURA E DA ESCRITA

KLINKE, Karina – PPGE / UFSM – klinkekarina@hotmail.com

GT: Educação de Pessoas Jovens e Adultas / n.18

Agência Financiadora: Sem Financiamento

No imaginário social os pacientes em atendimento psiquiátrico são rotulados como “loucos”, incapazes de desenvolvimento cognitivo e do convívio harmônico. Tratam-se, pois, de pessoas que se encontram à margem da sociedade, ignoradas ou vistas como incógnitas, que despertam sentimentos de medo e repulsa. Como consequência vivem o isolamento e a marginalização. Mesmo que a Constituição Federal (BRASIL,1988) tenha como um de seus princípios fundamentais “a dignidade da pessoa humana e seja assegurado a todos o acesso à informação”, aquelas pessoas diagnosticadas como psicóticas sofrem com o desprezo social e o descaso das políticas educacionais. O princípio da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL,1996) não é garantido para estes sujeitos, visto que devido às suas diferenças, a grande maioria das escolas não oferece condições necessárias para que nela permaneçam.

A maioria das iniciativas para a escolarização de sujeitos em sofrimento psíquico¹ são voltadas à infância e à adolescência, no intuito de mantê-las na escola e aperfeiçoar as práticas educativas destinadas ao aprendizado destes alunos. Mas quando esses sujeitos não têm oportunidade de se escolarizar na infância ou abandonam a escola devido à incapacidade desta em lidar com as particularidades da pessoa em sofrimento psíquico, tornam-se adultos analfabetos ou analfabetos funcionais, o que vem a ser um agrava o preconceito e a exclusão social.

Para os jovens e adultos em sofrimento psíquico foram criadas, no Rio Grande do Sul, algumas formas de atendimento extra-hospitalar que podem oferecer novas oportunidades de inclusão social pela gradativa substituição do sistema hospitalocêntrico, por uma rede integrada e variados serviços de atenção sanitária e social, tais como ambulatórios, emergências psiquiátricas em hospitais gerais, leitos ou unidades de internação psiquiátrica em hospitais gerais, hospitais-dia, hospitais-noite, centros de convivência, centros comunitários, centros de atenção psicossocial, centros residenciais de cuidados intensivos, lares abrigados, pensões públicas comunitárias, oficinas de atividades construtivas e similares. É o que propõe a Lei da Reforma

¹ KUPFER (2000); BRASIL (2004)

Psiquiátrica, para que se entenda o usuário de forma integral, como um sujeito social com possibilidades de estabelecer relações com a comunidade. (RIO GRANDE DO SUL,1992) A Reforma Psiquiátrica não diz respeito somente à clínica, mas também a toda uma reestruturação da sociedade, no que se refere ao acolhimento dos pacientes portadores de transtornos mentais. (COLVERO & MACHADO, 2000)

No sentido proposto pela Reforma Psiquiátrica/RS, quatro alunas do Curso de Pedagogia e duas enfermeiras estão desenvolvendo, desde setembro de 2005, Oficinas Terapêuticas com pacientes jovens e adultos que freqüentam o acompanhamento psiquiátrico no Ambulatório de Psiquiatria do Hospital Universitário de Santa Maria/RS (HUSM). Segundo Távora e Lopes (1997.p.21), “a oficina terapêutica é concebida como espaço experimental, criado a partir da produção (verbal ou material) de cada paciente”. Este serviço, aliado ao tratamento ambulatorial, contribui para a reversão do círculo vicioso e estigmatizante das internações psiquiátricas, promovendo a estabilização dos sujeitos atendidos e favorecendo seu processo de ressocialização e de resgate do direito de cidadania. (GRECO & CARVALHO, 1994)

Esta iniciativa das alunas e enfermeiras gerou um projeto de pesquisa de caráter participante que tem por objetivo criar e vivenciar, com os pacientes em tratamento psiquiátrico, ambientes socializadores que possibilitem a manifestação de suas *ilhas de inteligência*. A diferença do sujeito em sofrimento psíquico, “não está em seu funcionamento intelectual rebaixado[...]. Não são deficientes mentais verdadeiramente; podem enganar à primeira vista, mas logo se vê que possuem algumas qualidades intactas, algumas ilhas de inteligência. (KUPFER, 2000, p.87)

Acreditando ser possível explorar as *ilhas de inteligência* dos sujeitos em acompanhamento psiquiátrico, foi instituído o Clube da Amizade, um grupo de quatorze pessoas, sendo 11 homens e 3 mulheres, na faixa etária entre 17 e 59 anos. Eles têm transtornos mentais crônicos, tais como: transtorno afetivo bipolar, esquizofrenia, transtorno de personalidade, depressão e pessoas com necessidades educacionais especiais. O nível de escolarização desses sujeitos varia entre o segundo ano do Ensino Fundamental e o Ensino Superior completo. Na sala do Setor Psiquiátrico destinada ao Clube são desenvolvidas atividades de integração pessoal que promovem a convivência de diferenças e a liberdade de expressão, através de atividades de leitura, escrita, artes plásticas e canto.

A proposta das oficinas terapêuticas consiste em dois encontros semanais, cada um de três horas. Na primeira hora e meia são oferecidos momentos de leitura de obras

narrativas ou poéticas escolhidas pelos membros do Clube, dentre aquelas disponíveis ou trazidas pelos membros. Também são apresentados filmes de longa metragem ou músicas escolhidas pelo grupo. Este primeiro momento tem por objetivo promover o acesso e o interesse dos sujeitos pela leitura, pelas artes cênicas e pela música. As conversas decorrentes deste primeiro momento retomam situações da vida e dos sonhos desses jovens e adultos que, devido às diferenças de escolarização, escolhem as atividades que irão desenvolver no segundo momento do encontro: produção de textos, alfabetização, trabalhos com artes plásticas e participação em coral. No segundo dia da semana são finalizados e apresentados os trabalhos produzidos.

As visitas feitas em parques de preservação animal, cinema, teatro, museu e biblioteca também servem de incentivo à produção escrita e artística, bem como são um dispositivo à proposta de reabilitação psicossocial, contribuindo para a estabilização clínica dos usuários. Tudo o que é produzido é exposto em um sarau e possibilita que os sujeitos, habitualmente rotulados como improdutivos, sejam revalorizados socialmente.

A leitura, segundo Pérez e Garcia (2001), é um instrumento útil de interpretação cultural que favorece a apropriação da experiência e do conhecimento humano em um processo dialógico, mediante o qual o leitor tem acesso de forma dialética a outras informações, pontos de vista, representações, versões, visões, concepções do mundo. E a escrita é uma construção cultural útil para registrar e recordar experiências, acontecimentos, representações culturais, manifestar sentimentos, emoções, fantasias, para construir diferentes interpretações da realidade pessoal, social, cultural.

O alfabetismo, por sua vez, “não é apenas, nem essencialmente, um estado ou condição pessoal”, como afirma Magda Soares (2003, p.52), “é, sobretudo, uma prática social: o alfabetismo é o que as pessoas fazem com as habilidades e conhecimentos de leitura e escrita, em determinado contexto, e é a relação estabelecida entre essas habilidades e conhecimentos e as necessidades, os valores e as práticas sociais”.

Refletindo sobre as funções sociais do alfabetismo, da prática da leitura e da escrita, questiona-se neste projeto de pesquisa: quais os benefícios que a prática da leitura e da escrita podem proporcionar aos jovens e adultos em acompanhamento psiquiátrico?

Os próprios sujeitos da pesquisa têm apontado respostas: “*Muitas vezes não conseguimos falar de nossos sentimentos com a nossa boca, mas no papel com a pena na mão ou ouvindo poemas ou desabaços, nos sentimos mais vivos*”. (J. em 21/11/2005)

As pesquisas de Vasques & Baptista (2003) apontam que, submetendo os aprendentes às marcas comuns ao humano – na medida em que transmitem a história e filiam à cultura – a educação estabelece vínculos de filiação e pertença entre sujeitos e, se isso é primordial para todas as pessoas, para aquelas com graves problemas torna-se um fator essencial.

Os jovens e adultos do Clube da Amizade não freqüentam mais a escola, mas explicitam o desejo de aprender e de participar do mundo letrado que os cerca e que exclui os (semi)analfabetos. O Clube, por estar dentro do Campus Universitário, representa-lhes “*estudar na universidade*”, segundo as palavras de um de seus membros. Espaço destinado à aprendizagem e à profissionalização do jovem e do adulto. É neste *lôcus* que temos por objetivo compreender como os conhecimentos específicos da leitura e da escrita, e sobretudo, como conhecimentos existenciais que são veiculados no ato educativo desses sujeitos, interferem na sua qualidade de vida e em sua inclusão social.

Nesta perspectiva, a inserção de jovens e adultos no mundo letrado é bem mais do que atender uma normativa legal que trata dos direitos do cidadão. Mais que um exercício de cidadania, tem um valor constitutivo, possibilitando a retomada e a reordenação da estruturação psíquica dos sujeitos. Os efeitos que temos observado são de resignificação da vida e do reinventar incessante dos modos de agir. Os sujeitos retomam a importância de viver, de aprender, de se cuidar, sentindo-se participantes da vida social por terem melhores condições de entender o mundo letrado, de conseguirem manifestar seu ponto de vista, por serem ouvidos e lidos pela comunidade. Independente dos limites que esses sujeitos apresentem, o acesso à cultura escrita ajuda na sua constituição psíquica e social.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Texto consolidado até a Emenda Constitucional N. 45 de 08/12/2004.

_____. *Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394 de 20/12/1996. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

COLVERO, L.A.; MACHADO A,L. Cuidado de enfermagem em saúde mental: desafio da modernidade. JORGE, M.S.B., SILVA, W.V.; OLIVEIRA, F.B. (orgs) *Saúde mental: da prática psiquiátrica asilar ao terceiro milênio*. São Paulo: Lemos Editorial. 2000. p. 67-71.

- GRECO, M. G.; CARVALHO, A. L. Projeto: *Centro de Convivência São Paulo para pacientes psiquiátricos*. Belo Horizonte: [s.ed.], 1994. (mimeo).
- KUPFER, M. C. *Educação para o futuro, Psicanálise e educação*. São Paulo: Escuta, 2000.
- MEIRIEU, P. *Aprender...sim, mas como?* Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- PEREZ, F.;GARCIA, J. *Ensinar ou aprender a ler e a escrever?* Porto Alegre: Art Med,2001.
- RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 9.716 de 07 de agosto 1992. *Dispõe sobre a Reforma Psiquiátrica no Estado*.
- SOARES, M. *Alfabetização e Letramento*. São Paulo: Contexto, 2003.
- TÁVORA, C. B.; LOPES, M.R. Efeitos do atendimento em oficina terapêutica sobre a reforma na assistência. VÊNANCIO, A. T.; LEAL, E. M.; DELGADO, P.G. *O campo da atenção psicossocial*. Anais do 1º Congresso de Saúde Mental do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Te Corá. Instituto Franco Basaglia, 1997, p. 531-538.
- VASQUES, C.K.; BAPTISTA, C.R. *Transtornos globais do desenvolvimento e educação: um discurso sobre possibilidades*. Textos do II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais: Identidade, Diferença e Mediações. Florianópolis, 2003. Disponível em: <http://rizoma.ufsc.br/>